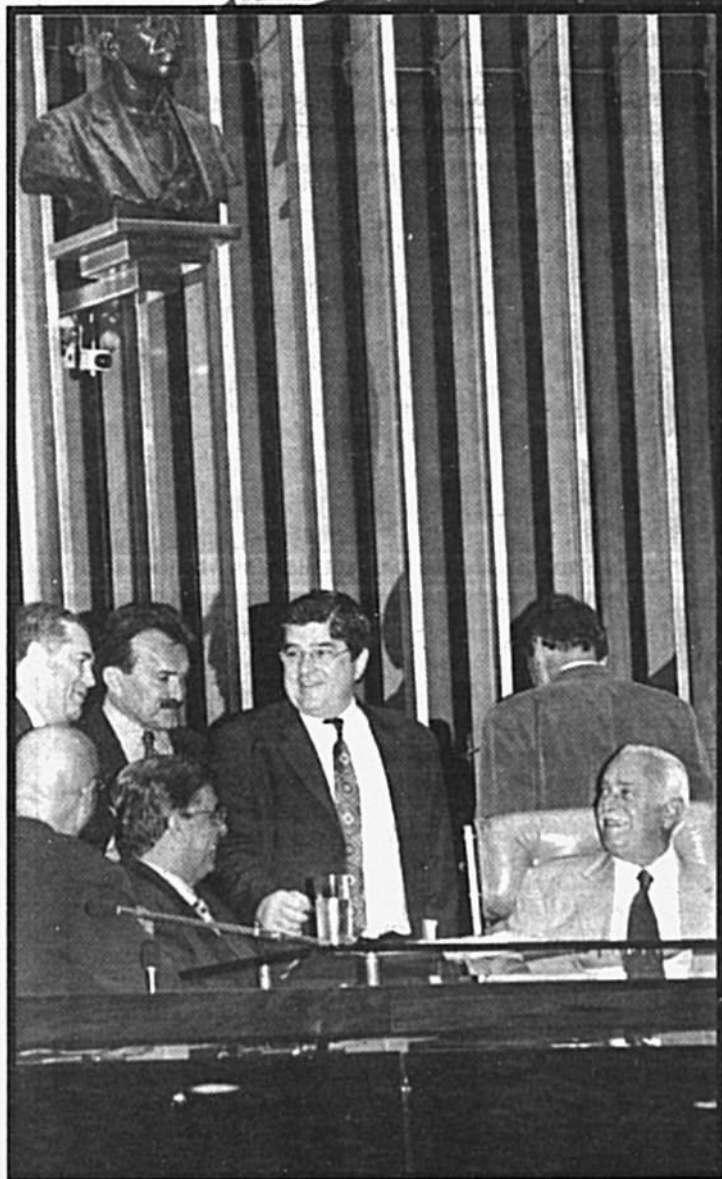
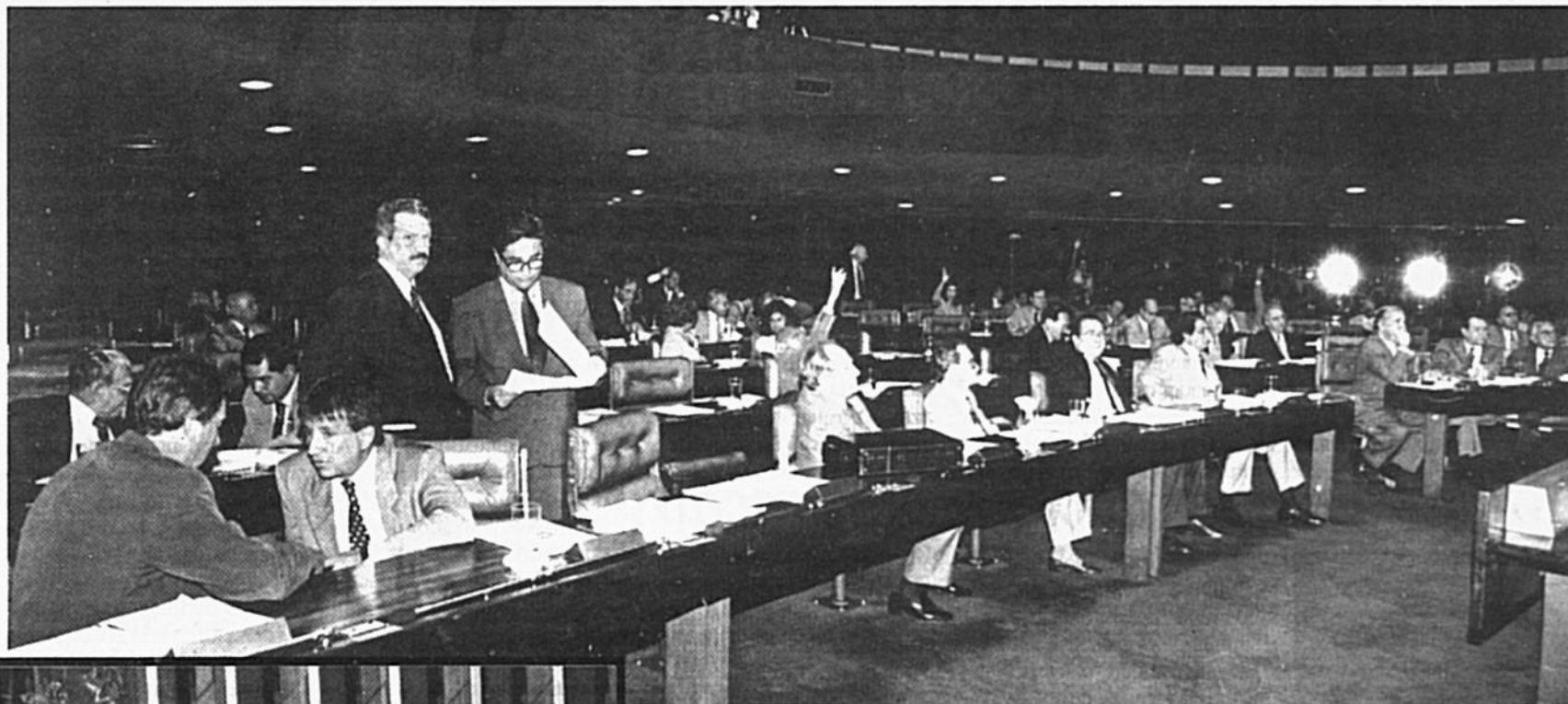


# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 624 - Brasília, sexta-feira, 23 de janeiro de 1998



O plenário do Senado (ao alto), presidido pelo senador Antonio Carlos Magalhães, debate o projeto de lei do *software* antes de decidir por sua aprovação com emendas

## Senado aprova lei do *software*

*Com quatro emendas, projeto retorna à Câmara. Plenário completa o total de oito matérias votadas durante a semana*

Projeto que garante direito de proteção à autoria de programas de computador (*softwares*) foi aprovado ontem pelo plenário do Senado. Foram aprovadas quatro emendas do relator na Comissão de Justiça, senador Lúcio Alcântara. Dessa forma, a matéria voltará à Câmara. A proteção à propriedade intelectual de *software*, conforme o projeto apro-

vado, é a conferida pela legislação de direitos autorais vigente às obras literárias.

Com a lei do *software*, o plenário completou um total de oito projetos aprovados nesta semana (de 19 a 23 de janeiro), destacando-se também o que mantém a exigência de exame psicotécnico nos exames de motorista. **Páginas 3 e 4**

## Começa a discussão da reforma administrativa

A reforma administrativa, um dos assuntos mais importantes em votação durante a convocação extraordinária do Senado, começa a ser discutida pelo plenário do Senado na próxima semana. A proposta de emenda constitucional será debatida durante cinco sessões, a partir de terça-feira,

período em que poderá receber emendas. A votação em primeiro turno está marcada para o dia 11 de fevereiro. Outro assunto que deverá chegar ao plenário na próxima semana é o projeto que trata do sigilo bancário, já aprovado na Comissão de Justiça. **Página 3**

# Hollanda propõe mudança na lei de doação de órgãos

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) apresentou projeto de lei estabelecendo que a remoção de órgãos e tecidos humanos de cadáver, para transplante, só será admitida com a evidência de que essa era a vontade do doador, manifestada em vida. A proposição acaba com a doação presumida, que passou a valer a partir deste ano.

A proposição prevê ainda que, para remoção de órgãos de pessoa juridicamente capaz e identificada, cujos documentos



**Hollanda: não à doação presumida**  
não contenham a informação se era doador ou não, a família do morto deverá testemunhar qual era a sua vontade ou, não haven-

do tal testemunho, ela autorizará ou não a doação.

- Mesmo reconhecendo que a doação presumida é a forma mais efetiva de promover a captação de órgãos para transplante e tratamento, não considero que esteja afinada com a cultura do nosso povo, entendendo que é perfeitamente viável e desejável que seja confirmada, por testemunho de familiar, a vontade do morto ou que seja obtida a autorização dos familiares para a remoção dos órgãos - justifica.

## Maldaner quer abolir a presunção



Casildo Maldaner: direito natural

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) fez ontem um apelo no sentido de que a doação presumida de órgãos seja abolida. Ele entende que "o sensacionismo e a escassez de objetividade" têm perturbado a discussão sobre a lei referente à doação.

Maldaner afirma que lei alguma pode atentar contra direitos fundamentais da pessoa humana, pois isso seria negar a civilização.

- Ou reconhecemos isso - afirmou Maldaner - ou todo o debate será vão, e tudo se resumirá em mais uma lei que não vingou, o que não impedirá que dela resultem males e mesmo monstruosidades, sobretudo tratando-se de pacientes de escassos recursos.

Em aparte, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) discordou, observando que as leis precisam ser "como a chuva que a terra absorve".



O presidente Antonio Carlos Magalhães com a diretoria da ANP

## ACM recebe Levitsky e diretoria da Agência Nacional de Petróleo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu em audiência na tarde de ontem o embaixador dos Estados Unidos, Melvin Levitsky, que comprometeu-se a dar uma resposta oficial do governo de seu país sobre o pedido de visto do deputado Fernando Gabeira.

O embaixador disse à imprensa, ao sair do gabinete do senador, que a legislação nor-

te-americana não permite a emissão de visto a participantes de ato terrorista. "Isso não vai mudar. É a lei do nosso país", afirmou.

Antonio Carlos também recebeu os integrantes da primeira diretoria da Agência Nacional de Petróleo (ANP): David Zylbersztajn, Ricardo Pinto Pinheiro, Eloi Fernandez y Fernandez, Giovanni Toniatti e Júlio Colombi Neto.



ACM e o embaixador dos Estados Unidos, Melvin Levitsky

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

9h - Preside Sessão Não Deliberativa do Senado

### PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

### PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

Segunda-feira (26.01.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Primeiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 41/97, que trata da reforma administrativa

Terça-feira (27.01.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Discussão em turno único do "PLC nº 100/96, que dispõe sobre o serviço voluntário; terceiro e último dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 39/97, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares; segundo dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 41/97, que trata da reforma administrativa; e discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 173/97, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o BID, no valor equivalente a até US\$ 300 milhões, de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Restauração e Descentralização de Rodovias Federais

Quarta-feira (28.01.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: "PLS nº 219/95 - Complementar (tramita em conjunto com os PLSs nºs 7/95 e 53/97), que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras; "PLS nº 7/95 - Complementar (tramita em conjunto com os PLSs nºs 219/95 e 53/97), que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações à Secretaria da Receita Federal, por parte das instituições financeiras, sociedades corretoras e assemelhadas que especifiquem; "PLS nº 53/97 (tramita em conjunto com os PLSs nºs 219/95 e 7/95), que altera o art. 38 da Lei nº 4.595/64 e os arts. 18, 23 e 24 da Lei nº 7.492/86; "Substituto da Câmara ao PLS nº 101/96 - Complementar, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Metropolitana do Distrito Federal e Entorno e a instituir o Fundo Complementar de Desen-

volvimento do Distrito Federal e Entorno; e terceiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 41/97, que trata da reforma administrativa

Quinta-feira (29.01.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 41/97, que trata da reforma administrativa

Sexta-feira (30.01.98)

9h - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 41/97, que trata da reforma administrativa

### COMISSÕES

Terça-feira (27.01.98)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: "Mensagem nº 220/97 (não terminativo), solicitação do governo federal para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao BID, no valor de US\$ 57 milhões, destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal; "Ofício nº 9/98 (não terminativo), solicitação do governo do estado do Pará para contratar operação de crédito junto a CEF, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 24,2 milhões, destinada à aquisição de débitos daquele estado; "Mensagem nº 221/97 (não terminativo), solicitação do governo federal para contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 155 milhões, junto ao BID, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Suporte à Reforma do Setor de Ciência e Tecnologia. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

17h30 - Comissão de Relações Exteriores

Pauta: "Mensagens nºs 80 e 81/97, em que o presidente da República submete à apreciação do Senado Federal indicações de diplomatas. Sala 7 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (28.01.98)

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação do "PLC nº 31/97, que revoga o parágrafo único do art. 442 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucidônio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade



O plenário do Senado começa a discutir na próxima semana a reforma administrativa, considerada o assunto mais importante em votação durante o período extraordinário

## Projetos avançam na convocação

O plenário do Senado começa a discutir na próxima semana a reforma administrativa, considerada o assunto mais importante em votação durante a convocação extraordinária do Senado. A proposta de emenda constitucional será debatida durante cinco sessões, a partir de terça-feira, período em que poderá receber emendas. A votação em primeiro turno está marcada para o dia 11 de fevereiro.

Para o governo, a reforma administrativa é fundamental para ajudar a equilibrar as finanças públicas. Entre outras coisas, a proposta acaba com a estabilidade dos funcionários públicos em algumas situações, autoriza estados, municípios e União a demitirem servidores se os gastos com pessoal passarem de 60% da receita líquida e limita a R\$ 12.720,00 o maior salário ou aposentadoria no

serviço público.

Outro assunto que chegará ao plenário nessa próxima semana é um projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), com substitutivo de Jefferson Péres (PSDB-AM), que amplia as situações em que se pode quebrar o sigilo de contas bancárias. O projeto pode-

*Outro projeto que chegará ao plenário na próxima semana amplia as situações em que se pode quebrar o sigilo de contas bancárias*

rá ser debatido já na quarta-feira e a votação depende da apresentação de emendas e do parecer, a ser dado pelo senador Jefferson Péres.

O substitutivo, que teve a concordância da CCJ, prevê que o Tribunal de Contas da União, as assembleias legislativas, as câmaras de vereadores e os tribunais de contas de estados poderão solicitar ao

Banco Central e às instituições financeiras informações bancárias sigilosas de pessoas, empresas ou órgãos públicos. Atualmente, só o Congresso e o Banco Central podem pedir a quebra de sigilo.

O substitutivo determina ainda que qualquer instituição financeira ficará obrigada a fornecer informação sigilosa à Receita Federal, com a periodicidade e a partir de limites fixados pela própria Receita, independente de inquérito fiscal. Os bancos, no entanto, não terão de apresentar ao "Leão", nesse caso, qualquer elemento que permita identificar a origem ou a natureza dos gastos feitos pelo correntista.

Ainda na próxima terça-feira, o plenário do Senado fará a última votação da proposta de emenda constitucional que estabelece o regime especial

para os servidores militares, determinando inclusive que eles poderão ter reajustes de salários diferenciados dos aumentos dos servidores civis. Se aprovada, a emenda será promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara.

Na mesma terça-feira, os senadores votarão também projeto que regulamenta a prestação de serviço voluntário de pessoas em órgãos públicos ou instituições sem fins lucrativos. O objetivo do projeto é impedir que, após a prestação do serviço, a pessoa possa entrar na Justiça reivindicando direitos trabalhistas.

Já na sessão do plenário da próxima quarta-feira será votado projeto dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Iris Rezende (atualmente ocupando o cargo de ministro da Justiça) que autoriza o governo federal a criar a Região Administrativa Metropolitana do Distrito Federal e Entorno.



Jonas Pinheiro, relator na CAS

## Comissões aceleram trabalhos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), aprecia na próxima quarta-feira projeto de lei da Câmara dos Deputados que revoga dispositivo da CLT que estabelece a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados. A matéria tem parecer favorável do relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Na última quarta-feira, a comissão concedeu pedido de vistas solicitado pelo senador Beni Veras (PSDB-CE).

Já a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), se reúne na terça-feira para discutir dois pedidos de contratação de empréstimo externo do governo federal junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento: um, no valor de US\$ 57 milhões, destinado ao financiamento parcial do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal; e outro, no valor de US\$ 155 milhões, para o Projeto de Suporte à Reforma do Setor de Ciência e Tecnologia.

Também na pauta da CAE, uma solicitação do governo do Pará para contratar operação de crédito junto à CEF, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 24,2 milhões, destinada à aquisição de débitos do estado.

A Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), vota na terça-feira duas mensagens presidenciais de indicações de nomes para embaixadores: o de Mário Augusto Santos para exercer a função junto à República da Ucrânia e o de Carlos Alberto Pessoa Pardellas para a República da Bulgária.

## Senado aprovou oito propostas nesta semana

O plenário do Senado aprovou oito projetos nesta semana, destacando-se o que garante a proteção da propriedade intelectual dos programas de computador (*software*) e o que mantém a exigência de exame psicotécnico nos exames de motorista. Entre as matérias votadas pelo plenário estão também dois requerimentos, um deles aprovando voto de êxito ao papa João Paulo II em sua visita a Cuba. Nas comissões permanentes a atividade também foi grande. O projeto sobre sigilo bancário, obrigando as

instituições financeiras a fornecerem informação sigilosa à Receita Federal, sem necessidade de inquérito fiscal, foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) votou a regulamentação do serviço voluntário; a de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou várias solicitações de contratação de empréstimos; e a de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) apreciou acordo de cooperação com a Hungria na área de turismo.



A CCJ foi uma das comissões que tiveram trabalho árduo na semana

### MATÉRIAS APROVADAS PELO SENADO (de 19 a 23.01.98)

Projetos aprovados e enviados à sanção	2
Projetos aprovados e enviados à promulgação	5
Projetos aprovados e enviados à Câmara	1
Total de matérias aprovadas	8

### MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO NA CONVOCACÃO EXTRAORDINÁRIA (DE 6 A 23 DE JANEIRO)

Projetos aprovados e enviados à sanção	5
Projetos aprovados e enviados à promulgação	10
Projetos aprovados e enviados à Câmara	2
Mensagens relativas à escolha de autoridades	2
Emenda constitucional aprovada em 1º turno	1
Total de matérias apreciadas	20
Projetos enviados ao Arquivo	2
Total de matérias apreciadas	22



Relator da matéria na CE, Roberto Requião se disse "aborrecido por ofensas recebidas"



Waldeck, em defesa do texto, afirmou que o direito autoral, como foi aprovado, "é mais amplo"

*Matéria incorporou quatro emendas do relator na CCJ, forçando seu retorno à Câmara dos Deputados. Requião diz que empresários saíram vitoriosos, mas Waldeck garante que os beneficiados foram os usuários dos programas*

## Aprovado projeto de proteção ao software

O plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei da Câmara, de iniciativa do Executivo, que garante direito de proteção à autoria de programas de computador (*softwares*) pelo prazo de 50 anos. Foram aprovadas quatro emendas do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), de modo que a matéria voltará à Câmara.

Os senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e José Eduardo Dutra (PT-SE) defenderam que, ao invés de submeter os *softwares* ao mesmo regime de proteção conferido às obras literárias, eles deveriam ser considerados propriedade intelectual e, portanto, com proteção assegurada no direito de patente.

Relator da matéria na Comissão de Educação, Requião afirmou-se "aborrecido com ofensas recebidas" após ter-se ausentado da comissão, que seguiu o parecer da CCJ e rejeitou 20 emendas de sua autoria. Para o senador, este seria um "projeto Bill Gates", e, por vincular a legislação de *software* à de obras literárias, "péssimo e incongruente". A seu ver, ao incorporar "a perspectiva gulosa de alguns empresários", o projeto "prejudica o interesse dos usuários".

Segundo Dutra, assim como na votação da Lei de Patentes, as lideranças governistas mantiveram os princi-

pais pontos da proposta do governo recorrendo ao argumento de que o país, para não sofrer sanções, precisa compatibilizar a legislação às exigências do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade

de Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips), decorrente da Rodada do Uruguai no âmbito do GATT, de que o Brasil foi signatário.

Para o líder do Bloco Oposição, caberia à lei proteger o

processo de criação dos programas de computador e não os programas em si: "O que deveria ser protegido não é o código-objeto, mas o código-fonte".

O senador Waldeck Ornelas

(PFL-BA), ao contrário, defendeu que o direito autoral é mais amplo, não se limitando exclusivamente às obras literárias, e que o projeto integra um conjunto de outras leis relativas à criação do arcabouço legal que assegure condições de competitividade ao país no mercado internacional. Autor dos requerimentos de destaque que levaram à rejeição de 20 das 37 emendas apresentadas por Requião na CE, Waldeck disse que, se tivesse sido aprovado o prazo de 20 anos de proteção aos direitos dos autores de programas de computador, proposto por Requião, "até os brasileiros teriam que sair daqui para proteger seus *softwares*, pois nos outros países esse prazo é de 50 anos".

Quanto aos direitos dos consumidores, Waldeck assinalou que eles estão assegurados pelas emendas do relator na CCJ. Já em relação às críticas ao fato de o projeto vincular a propriedade intelectual de *software* à legislação de direito autoral, o senador disse que elas são inaceitáveis, à medida que são formuladas por parlamentares que, "há pouco tempo, foram contra a Lei de Patentes". Dutra, em aparte, explicou que, ao defender que os *softwares* fossem submetidos ao direito de patente, não estava entrando no mérito sobre o conteúdo da Lei de Patentes vigente.

### Direito de autoria será de 50 anos

A proteção à propriedade intelectual de *software*, conforme o projeto aprovado, é a conferido pela legislação de direitos autorais vigente às obras literárias. Aos programas de computador, no entanto, não se aplicam disposições relativas a direitos morais, apesar de o projeto assegurar, a qualquer tempo, o direito de o autor reivindicar a paternidade do programa e opor-se a alterações não autorizadas quando essas implicarem modificações que prejudiquem sua honra ou reputação, que deformem ou mutilem o *software*.

Os direitos de autoria sobre programas de computador terão, pelo projeto, prazo de duração de 50 anos, não dependerão de registro e se estenderão a estrangeiros domiciliados no exterior, desde que o país de origem do *software* conceda os mesmos direitos aos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil.

Entre os direitos autorais assegurados pela proposição, destaca-se o de autorizar ou proibir, com exclusividade, o aluguel comercial. Tal direito não se exaure com a venda,



Alcântara: direitos garantidos

licença ou outra forma de transferência da cópia do programa.

Conforme o relator na CCJ, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o projeto da Câmara é inovador no tratamento dos direitos relativos a programa desenvolvido por empregado durante a relação de trabalho, pois impõe "a não-utilização de segredo de indústria ou de segredo de negócio do empregador ou da empresa ou entidade com a qual o empregado mantenha contrato de prestação de serviços, para que os direitos concernentes ao programa pertençam ao empregado, com exclusividade". O

mesmo tratamento é estendido, também, a estagiários, bolsistas e assemelhados, independentemente da existência de contrato.

No âmbito da comercialização de programas de computador, o projeto original fixava diversas obrigações aos seus titulares, como a de divulgar, sem ônus adicional, as correções de erros; assegurar aos usuários a prestação de serviços técnicos complementares relativos ao adequado funcionamento do programa; responder pela qualidade técnica e pela qualidade da gravação em suporte físico; e comunicar a retirada de circulação comercial do programa, garantindo sua qualidade e a prestação de serviços por cinco anos ou indenizando terceiros prejudicados.

Para o relator na CCJ, no entanto, essa matéria já é "adequadamente tratada no Código de Defesa do Consumidor, que responsabiliza o fornecedor de serviços pelos defeitos e vícios de qualidade que apresentem, o que assegura ao usuário de programa de computador a devida proteção legal".



## Emília critica mudanças de Brito na educação gaúcha

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) criticou ontem o novo Plano de Carreira do magistério do Rio Grande do Sul e a municipalização do ensino, adotados pelo governador Antonio Brito, os quais deverão ser votados pela Assembleia Legislativa durante a atual convocação extraordinária.

Esses planos - conforme a senadora - "apontam para a qualificação do corpo docente do estado, considerando o mais qualificado do país; provocam a instabilidade, a desmotivação e tiram o incentivo pela carreira do magistério, que já é reduzida; agredem direitos, desrespeitam história, investem contra o ensino público e apostam na privatização do ensino, no achatamento dos salários e na desvalorização dos professores".

Segundo a senadora, o governador tem decepção no que se refere ao ensino. "Brito, que se elegeu com o slogan Paz na Educação e conseguiu aprovar uma lei que garante a reposição dos salários



Emília: "Brito rasgou a lei"

do magistério por três anos, cumpriu apenas um ano e depois rasgou a lei", denunciou. Para Emília, o encaminhamento desses projetos está sendo antidemocrático. Primeiro porque está acontecendo durante o período de férias, o que não permite um debate amplo. Segundo, porque os municípios desconhecem a abrangência da municipalização do ensino. "A municipalização - disse - vai transferir para os prefeitos a responsabilidade pelo ensino de primeiro e segundo graus, mas eles não têm como arcar com esse ônus".

## Rocha elogia adiamento no debate dos planos de saúde

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) elogiou ontem a decisão tomada pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e pelos líderes partidários no sentido de não colocar em votação imediata o projeto que regulamenta os planos de saúde. Essa medida, segundo o senador, realmente deverá contribuir para um debate mais aprofundado sobre a matéria e para não repetir o que estaria ocorrendo em relação ao novo Código de Trânsito Brasileiro e a lei sobre doação de órgãos para transplante.

- Que esse acordo seja o equilíbrio entre os segmentos interessados, no caso os empresários do setor, e os usuários dos planos de saúde. Eu defendo o adiamento, e que possa servir para debatermos mais profundamente as novas sugestões que os representantes das operadoras deverão apresentar - frisou.



Sebastião Rocha: prazo maior

O senador elogiou o comentário, a seu ver "lógico", feito ontem por Miriam Leitão no programa *Bom-Dia Brasil*, da TV Globo, ressaltando que "a jornalista poderia ter feito algumas críticas e apontado falhas do projeto, que é insuficiente para atender às necessidades dos usuários".

Sebastião Rocha congratulou a TV Amapá, que no dia 25 completa 23 anos de fundação. O senador destacou ainda a "recepção festiva" do povo cubano ao papa João Paulo II, que se encontra em visita a Cuba.

Senador por Goiás diz que país vive nova ordem de convivência social, mas garante que legislação não opera milagres

## Otoniel pede campanha sobre nova lei de trânsito

O senador Otoniel Machado (PMDB-GO) afirmou ontem que, com a entrada em vigor do novo Código de Trânsito, o Brasil inaugura uma ordem de convivência social, deixando para trás o ambiente de barbárie que dominava as estradas e avenidas do país. "Vamos virar uma página lamentavelmente sangrenta da nossa História", anunciou.

Mas o senador alertou que, por melhor que seja essa lei, ela não opera milagres, daí por que serão necessárias, conforme assinalou, campanhas educativas maciças para divulgá-la. Ele informou que o Ministério da Justiça já começou a agir nesse sentido, executando o compromisso do presidente Fernando Henrique Cardoso em materializar o conteúdo do novo código.

- Por outro lado, precisamos de fiscalização intensa e responsável para que todo o es-



Otoniel Machado: marco social

forço legislativo não se converta em letra morta. O Brasil precisa também resolver o caótico problema da nossa malha rodoviária - acrescentou.

Otoniel Machado afirmou que o Ministério dos Transportes está concluindo programa de recuperação das rodovias. Porém, acentuou, como o problema vem se acumulando ao longo dos últimos 20 anos, demanda soluções de maior vulto. Ele testemunhou, contudo, que em Goiás existe um dos mais perfeitos sistemas rodoviários do país, com mais de 90% dos municípios interligados

por estradas asfaltadas e bem sinalizadas. E atribuiu isso à eficiência do PMDB.

Sobre o Código de Trânsito, ele disse ainda que as futuras gerações estudarão em livros que registrarão a data em que a nova lei começou a vigorar como um marco nas relações de convivência social no Brasil. "É uma lei que resgatará o nosso sentido de civilização, que promoverá uma virada histórica no comportamento da sociedade", definiu o senador. No seu entender, esse código se pulará a violência e a barbárie e dará sentido à palavra "paz" no Brasil.

O senador admitiu que o Legislativo pode não ter elaborado uma lei perfeita, mas ressaltou que o novo código é um instrumento jurídico moderno, adequado à realidade brasileira, exequível do ponto de vista prático "e profundamente reparador".

## Simon sugere uso de rádio e TV

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez ontem um apelo ao governo federal para que realize uma campanha de esclarecimentos sobre o novo Código de Trânsito Brasileiro, inclusive utilizando a possibilidade legal de convocação de rede nacional de rádio e de televisão.

Segundo Simon, a sociedade não está preparada para cumprir o novo código. O senador disse duvidar que 5% dos brasileiros conheçam o texto que entrou em vigor ontem, e afirmou ter sido informado de que há uma propaganda bem elaborada de alerta à comunidade que "não foi ao ar por falta de verba".

- O governo poderia até convocar cadeia de rádio e de televisão. Convocam para tanta coisa, e essa é uma questão de altíssimo interesse público. O trânsito no Brasil é uma questão essencial. Mortes e mortes, injustiças e injustiças têm ocorrido - acrescentou.

Para Simon, ainda há tempo de o governo esclarecer a sociedade, e seria importante que isso fosse feito em horário nobre das emissoras. O senador sugeriu também que as entidades governamentais ligadas ao setor de trânsito fossem "de vagar com o andar, talvez com um alerta de esclarecimentos gradativos, até a plenitude do cumprimento do código".

- São tantas as exigências do código e tão pouca a campanha de esclarecimento que tenho medo de que isso caia no ridículo - justificou. Simon relatou ter ficado impressionado com o fato de os motoristas gaúchos terem respeitado o limite de velocidade de 80 km/h na estrada que liga Porto Alegre à praia Rainha do Mar. Ele disse que nunca havia visto tal comportamento.

- Era uma sensação de respeito e de medo, porque na semana anterior os chamados "pardais" tinham feito uma série de punições - acentuou.



Simon: interesse público

O senador citou artigo de Roberto Pompeu de Toledo na revista *Veja*, intitulado "Uma sugestão de fato do ano, versão 1997", sobre o respeito às faixas de pedestres em Brasília. Simon disse que costuma andar muito pela cidade e que, realmente, na capital do país as pessoas respeitam as faixas de pedestres, o que é, em sua opinião, "uma demonstração de que isso pode acontecer no Brasil em relação a todos os artigos do código, se houver orientação, esclarecimentos e bom senso da parte das autoridades".



Júnia quer correção de rumos

## Júnia prevê aumento do desemprego no Brasil

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) manifestou ontem sua preocupação com o aumento do desemprego registrado no Brasil, e afirmou que, "lamentavelmente", o número de desempregados continuará crescendo, "porque não se faz a correção de rumos necessária e porque este governo não tem como prioridade o emprego".

Júnia citou matéria publicada no jornal *Estado de Minas*, segundo a qual o desemprego cresceu 25% em 1997 na Grande Belo Horizonte: em dezembro de 1996, eram 180 mil desempregados, e no final de 1997, 225 mil. Ela lamentou nunca ter tido a oportunidade de subir à tribuna com uma publicação sobre redução do índice de desemprego.

- Essa é uma situação gravíssima, que está causando grande preocupação entre todos os trabalhadores do país - acrescentou.

A senadora destacou que a população brasileira está sofrendo as conseqüências dos aumentos dos preços dos produtos, a cada dia, "corroendo seus salários". E comentou o fato de os servidores públicos estarem há mais de mil dias "sem um centavo de real de reajuste".

Júnia Marise referiu-se ao "grande equívoco" cometido pelo presidente da República ao vetar dispositivo que exigia psicotécnico para obtenção de carteira de motorista. Ela informou ter-se reunido para debater a matéria com psicólogos mineiros, disse que o veto possibilitou uma grande discussão sobre a matéria e lembrou que o Senado votou na última quarta-feira o restabelecimento da exigência do exame para candidatas a motorista.

*Senador quer abolir a prática que onera os cofres públicos e deixa os novos administradores sem saída*

# Projeto acaba com aumento salarial em fim de mandato

A concessão de reajustes salariais a servidores públicos estaduais nos três meses que antecedem o término do mandato do governador e do prefeito será proibida, se aprovado o projeto apresentado pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES).

A proposição prevê que o descumprimento da medida proposta constitui crime de improbidade administrativa e será punida também com a inelegibilidade, sem prejuízo da ação penal cabível. Na jus-



Ignácio é contra improbidade

tificação do projeto, José Ignácio Ferreira condena as contratações e os reajustes de

fim de mandato, "realizados de forma totalmente irresponsável e com intenções puramente eleitorais".

- Essa prática, além de onerar os cofres públicos, mobiliza o novo administrador, pois, muito antes de elaborar seu plano de governo, precisa resolver o problema mais premente, gerado por seu antecessor, de honrar folhas de pagamento em atraso e alocar funcionários excedentes, na maioria das vezes totalmente dispensáveis - argumenta ele.

## Suassuna cobra reajuste já para funcionalismo

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem um urgente reajuste salarial para os servidores públicos, que, a seu ver, vêm sendo vítimas de uma "administração econômica equivocada" que lhes usurpa os devidos reajustes e promove um arrocho salarial em nome da contenção dos gastos públicos. Afirmou que, apesar de fazer parte de uma bancada que tem dado sustentação ao governo Fernando Henrique Cardoso, não se sente "constrangido em defender a categoria dos servidores públicos".

- Fica a suspeita, por vezes, de que o governo elegeu o funcionário público para ser o vilão da

pátria. Ele é culpado por todas as dificuldades financeiras por que passa o Estado. Se for concedido um reajuste nos vencimentos desses servidores, por pequeno que seja, tem-se a impressão de que a República ameaça vir abaixo sob o impacto do aumento do déficit público - disse.

Ele destacou que os salários estão congelados desde janeiro de 1995, obrigando os servidores a amargar um empobrecimento gradativo frente ao



Suassuna aponta equívoco

aumento do custo de vida. Comentou que no mesmo período os aluguéis subiram 212,94%, as despesas com educação e as tarifas públicas aumentaram cerca de 108 e 101%. Referiu-se ao caso dos servidores da Paraíba, lembrando que o impacto dessa política vai afetar ainda

mais a vida já não muito fácil da população. Em apêndice, foi apoiado pelos senadores Romero Jucá (PFL-RR) e Odacir Soares (PFL-RO).

## Valadares defende a estabilidade de servidores

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou que, depois de decidida na Câmara dos Deputados, a quebra da estabilidade do servidor público esteja prestes a ser referendada pelo Senado. Ele receia que, na votação dessa matéria, o Senado atue mais uma vez como órgão carimbador das decisões da Câmara, em vez de discutir todos os pormenores e deliberar em última instância, como é sua prerrogativa constitucional.



Valadares: prerrogativa

Valadares lembrou que o relator dessa matéria na CCJ, Romero Jucá (PFL-RR), já declarou que, devido à pressão do governo na votação da reforma administrativa, não aceitará nenhuma emenda ao projeto sobre a quebra da estabilidade. Por isso, Valadares anunciou que, em sinal de protesto, o

PSB não apresentará nenhuma emenda à reforma administrativa, para não exercer apenas um papel decorativo, "coonestando a violência que está sendo cometi-

da no âmbito do Senado contra o Legislativo".

Valadares propôs um reajuste salarial para a categoria em torno de 10%. Ele condenou os planos de demissão voluntária aplicados no país, dizendo que serviram principalmente para jogar servidores na indigência. Como exemplo, disse que no Banco do Brasil vários demitidos estão sofrendo por não terem logrado êxito nos pequenos negócios montados com o dinheiro da demissão.

Em sua opinião, seria bom que o governo procurasse no seu passado socialista a idéia de que o servidor público, sendo também um trabalhador, precisa sobreviver.



Lobão lembra liderança mundial

## Lobão elogia Petrobrás, "orgulho nacional"

O senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou ontem a Petrobrás, que qualificou de "orgulho nacional", e seu presidente, Joel Mendes Rennó, de quem destacou "o equilíbrio, o talento, os conhecimentos técnicos e o patriotismo".

Lobão lembrou que a Petrobrás, criada em 1954, é hoje uma das 20 maiores empresas petrolíferas do mundo; é considerada a empresa que mais contribuiu, em nível mundial, para o desenvolvimento tecnológico da indústria do petróleo no mar e é líder mundial em exploração em águas profundas.

Comentou ainda que a empresa recebeu, em 1992, o prêmio da Offshore Technology Conference (OTC), um reconhecimento internacional à tecnologia da Petrobrás na produção até 2 mil metros de profundidade, e dois anos depois bateu o recorde mundial com produção em lâmina d'água de 1.027 metros.

O senador destacou que em 1997 a Petrobrás, que tem a maior frota petrolífera do Brasil ao grupo dos 16 países que produzem mais de 1 milhão de barris de óleo por dia. E destacou que agora a empresa encontra-se plenamente preparada para a livre competição.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou carta enviada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ao Senado, garantindo que a Petrobrás não será privatizada.



## Odacir divulga pesquisa sobre as eleições-98

O senador Odacir Soares (PTB-RO) divulgou ontem pesquisa de opinião pública para a eleição do presidente da República feita em seu estado,

na qual o presidente Fernando Henrique Cardoso obteve 56,52% de intenções de votos, contra 7,36% de Luiz Inácio Lula da Silva, 4,46% para o ex-presidente Itamar Franco, 2,54% para o senador José Sarney (PMDB-AP) e 2,21% para o ex-ministro

Ciro Gomes. Conforme Odacir, a pesquisa, realizada com 3.492 entrevistados na primeira quinzena de janeiro, foi entregue ao presidente Fernando Henrique pelo ministro da Educação, Paulo Renato Sousa, a pedido do governador de Rondônia, Valdir Raupp.

## Show musical variado pela Rádio Senado

Uma ampla variedade de estilos musicais marcará os programas culturais da Rádio Senado neste fim de semana. O programa "A Música do Brasil", que vai ao ar às 16h do sábado e 22h de domingo, apresentará Dick Farney, um dos precursores da Bossa Nova. Entre outras canções, ele interpreta "Marina Morena" e "A Noite do Meu Bem".

Já o programa "A Música Erudita e Seus Mestres" revela um lado pouco conhecido do veneziano Vivaldi: a música sacra. Duas peças do gênero serão apresentadas no sábado e no domingo.

Os dois programas são apresentados pelo senador Artur da Távola, que conta histórias da vida dos músicos. Uma das curiosidades reveladas pelo senador é que Vivaldi foi padre, daí ter-se dedicado a compor músicas religiosas.

Plenário autoriza Mato Grosso do Sul a obter apoio financeiro do BID em projeto de desenvolvimento da Bacia do Prata

# Empréstimo viabiliza nova ponte sobre o rio Paraguai

O governo do estado do Mato Grosso Sul obteve ontem autorização do plenário do Senado para elevar, temporária e extraordinariamente, os limites de endividamento do estado e contratar empréstimo junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) no valor de US\$ 13,4 milhões.

A operação, com aval da União, destina-se ao financiamento parcial da construção da ponte sobre o rio Paraguai, na rodovia federal BR-262, no trecho Miranda-Corumbá.

Conforme o parecer do senador Jonas Pinheiro (PFL-



Levy: hora do desenvolvimento

MT), apresentado à CAE e aprovado pelo plenário do Senado, a autorização "fica condicionada a que o estado do Mato Grosso do Sul vincule, como contrapartida à União, as transferências fede-

rais a que faz jus, complementadas por suas receitas próprias, mediante formalização de contrato de contragarantia com mecanismo de débito automático em conta corrente".

O senador Levy Dias (PPB-MS), em defesa da solicitação, salientou que a BR-262 atravessa praticamente todo o país e que a ponte a ser construída é estratégica "não só para meu estado, mas para todo o país". Ramez Tebet (PMDB-MS), com o mesmo objetivo, disse que a ponte permitirá a interligação do Brasil com a Bolívia e, conseqüentemente, com o Pacífico.

## Ramez Tebet: obra permitirá acesso do Brasil ao Pacífico

Mato Grosso do Sul está comemorando a chegada do progresso, afirmou ontem o senador Ramez Tebet, ao agradecer, da tribuna, a aprovação pelo Senado de autorização para o estado contratar operação de crédito externo da ordem de US\$ 13 milhões. Os recursos serão aplicados na construção da ponte sobre o rio Paraguai, no trecho Miranda-Corumbá da BR-262, que ligará Mato Grosso do Sul e o Brasil à Bolívia e ao Pacífico.

Após salientar que estava particularmente "com o coração em festa" e que "pobre tem o hábito de rir à toa", Ramez Tebet afirmou que "os recursos são poucos, mas serão suficientes para a construção da ponte que, além de interligar a cidade de Corumbá às demais regiões do país, irá permitir o acesso do Brasil, Paraguai e Bolívia ao Pacífico".

Com essa obra do maior interesse para o meu estado e de transcendental importância para o Brasil, o bravo povo de Corumbá terá um sistema de transporte mais eficiente para se deslocar em todos os sentidos - disse Ramez Te-

bet, para quem a deliberação do Senado foi oportuna porque coincidiu com a decisão tomada pelo governo boliviano de construir a rodovia que ligará Puerto Suarez, na fronteira com o Brasil, a Santa Cruz de La Sierra.

Ramez Tebet destacou que o empréstimo, com o aval da União, será tomado junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata. O governo de Mato Grosso do Sul terá 20 anos de prazo para pagar a dívida, mas o senador está convencido de que a quitação ocorrerá no máximo em 12 anos, porque o estado saldará esse compromisso com o que arrecadar do pedágio a ser cobrado após a conclusão das obras.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que "o Senado cumpriu com o seu dever ao aprovar matéria que beneficia Mato Grosso do Sul, cujos interesses se confundem com os mais legítimos interesses do Brasil".

Já o senador Pedro Simon

(PMDB-RS) afirmou estranhar que tão pouco dinheiro pudesse dar tantos resultados. "E também me orgulho por Mato Grosso do Sul, que tem e terá cada vez mais um papel muito importante para o futuro do Brasil", disse ele.

Retomando o pronunciamento, Ramez Tebet ressaltou que

Pedro Simon também confia em Mato Grosso do Sul "porque conhece as potencialidades desse estado, que tem muito em comum com os gatinhos que tornaram Mato Grosso do Sul agricultável".

- Por tudo isso e muito mais é que, como homem que acredita no progresso do povo e no desenvolvimento do meu estado, também estou com o coração em festa - acrescentou Tebet, lembrando ainda as obras de construção do gasoduto Bolívia-Brasil, que cortará 722 quilômetros do território sul-mato-grossense.



Tebet: "Com o coração em festa"

DOCPAMAZON

### TV SENADO

7h - Entrevista com a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) sobre clonagem humana  
7h30 - "Jornal da Amazônia"  
8h - Debate entre o senador Lauro Campos (PT-DF) e o economista Milton Campos (FGV) sobre a crise asiática  
9h00 - Sessão plenária (ao vivo)  
12h15 - Entrevista a senadora Benedita da Silva  
13h - Debate entre o senador Lauro Campos e o economista Milton Campos  
14h30 - Sessão plenária (reapresentação)  
19h30 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e o deputado federal Tilden Santiago  
20h30 - Telemat "Congresso Hoje"  
20h35 - "Senado em Pauta"  
21h30 - "Fala Cidadão"  
00h30 - Telemat "Resumo da Semana"  
2h30 - Sessão plenária  
6h30 - Telemat "Resumo da Semana"  
6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)  
Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais.  
Programação sujeita a alterações.  
SABADO  
14h30 - Comissão de Constituição e Justiça de 21/01 - discussão e votação do projeto de lei que altera o Código Nacional de Trânsito (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)  
8h45 - "Plenário em Revista"  
9h - Sessão plenária  
13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)  
19h - "A Voz do Brasil"  
22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)  
24h - Retransmissão de sessão plenária  
SABADO  
8h - Resenha da semana (plenário)  
10h - Resenha da semana (Comissões/Presidência)  
10h30 - "Autores e Livros" - com a apresentação da professora Margareta Patrota, o programa traz o poeta e ensaísta Cassiano Nunes  
11h - "A Música Erudita e seus Mestres" - no programa, duas obras sacras do compositor Antonio Vivaldi: "Gloria" e "Introdução ao Dixie". Apresentação do senador Artur da Távola  
15h - Resenha da semana (plenário)  
16h - "A Música do Brasil" - um especial com o cantor Dick Farney. Apresentação do senador Artur da Távola  
20h - "Especial do mês" - Com Elomar, Rafael Rabelo, Alceu Valença, Paulinho Pedra Azul, Dióvilva Caymmi e Hermeto Pascoal (reprise)  
22h - "Século XX" - Os anos JK, a Bossa Nova, o aparecimento do Cinema Novo, o apogeu do rádio. Também no programa, as vozes de Gaby Peixoto e Dóris Monteiro

## Jucá pede detalhes sobre o endividamento de Roraima

O senador Romero Jucá (PFL-RR) anunciou ontem, em plenário, que encaminhará requerimento de informações à Secretaria do Tesouro Nacional e ao Ministério da Fazenda, para que esclareçam "detalhadamente" a real situação do endividamento do estado de Roraima. Citando matéria divulgada no final de semana pelo jornal *Folha de S. Paulo*, Jucá disse que "para cada R\$ 1,00 da receita, o governo do estado deve R\$ 1,72, ou seja: está devendo mais do que arrecada".

O governador de Roraima é um endividador desvairado. O quadro sobre a economia do país mostrado pelo jornal revela um fato extremamente grave em relação ao estado de Roraima, que figura como 14º colocado entre os mais endividados, o que é lamentável - disse.

Jucá acrescentou que "mais lamentável ainda" é que Roraima, ao ser criado em 1991, não tinha qualquer dívida.

- Em 1995, com a posse do



Jucá: aumento no endividamento

novo governador, Roraima também não tinha nenhuma dívida. Mas o atual governo, em menos de quatro anos, aumentou assustadoramente o endividamento do estado. A situação é decepcionante e profundamente prejudicial aos interesses do estado e da população - frisou.

Romero Jucá também abordou a questão dos planos de saúde em tramitação na Casa, ressaltando que não votar o plano é prejudicar 48 milhões de brasileiros. "Mas acredito que, a partir de março, o projeto seja votado para que as operadoras possam ter uma regulamentação que proteja o usuário."

Senadora cita aumento dos desmatamentos na região para defender reforma agrária baseada em projetos extrativistas

## Marina quer assentamentos específicos para a Amazônia

A senadora Marina Silva (PT-AC) defendeu uma reforma agrária específica para a Amazônia, levando em conta as especificidades da região. Ela fez o comentário em virtude de reportagem publicada ontem no *Folha de S. Paulo* mostrando que o aumento dos desmatamentos na Amazônia está associado aos assentamentos feitos pelo governo na região.

Há muito tempo, dizíamos às autoridades do governo que a reforma agrária na Amazônia deveria ser particular, por causa dos seus diferentes ecossistemas e com uma população de costumes e práticas completamente diferenciados do Sul do país. E concebemos a ideia dos projetos de assentamentos extrativistas, em vez de projetos de colonização - disse.

Conforme Marina Silva, os assentamentos extrativistas con-



Marina: costumes diferenciados

sideram as demarcações geográficas nos termos dos antigos seringais, e a valorização das áreas se dá mediante a quantidade de rios, de caça, de pesca, entre outros fatores, para uma exploração racional desses recursos naturais, de acordo com critérios de sustentabilidade.

- Dessa forma, não estaríamos derubando a cobertura vegetal de forma indiscriminada para plantar arroz, feijão e milho, que,

embora sejam importantes para a subsistência, não têm como competir comercialmente com a produção no Centro-Oeste - afirmou.

De acordo com a senadora, estudos feitos pelo governo, apontam que os assentamentos extrativistas, da forma como foram concebidos, "sem técnica, sem assistência adequada, sem orientação e sem as mínimas condições para a agricultura", constituem-se apenas em mais um foco de destruição da floresta amazônica.

- Os poucos assentamentos extrativistas que foram criados não contam com o devido apoio do governo, e essa seria a alternativa mais correta, não porque saiu da cabeça de iluminados, mas daqueles que convivem secularmente com a floresta, os caboclos, os índios e os ribeirinhos - salientou Marina.

## Francelino destaca crônica sobre centro cultural de BH

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) pediu ontem a transcrição nos Anais da Casa da crônica "Belo Horizonte Merece Mais", de autoria da jornalista Anna Marina, publicada no jornal *Estado de Minas*. No texto, Anna elogia a proposta do senador de transformação do conjunto arquitetônico da Praça da Liberdade,

em Belo Horizonte, em um espaço cultural.

Conforme Francelino, a crônica faz uma análise profunda do projeto de sua autoria, que sugere a criação do Centro Cultural da Liberdade. Segundo a jornalista, o senador pretende transformar todos aqueles prédios que cercam a praça - onde funcionam ainda, precariamente, algumas secretarias - no endereço da cultura mineira.

Na crônica, a jornalista informa ainda que o projeto de Francelino Pereira é "grandioso" e, se puder ser executado, colocará Belo Horizonte no primeiro lugar em matéria de espaço cultural em todo o país. "Esse megaprojeto do senador tem todas as características para se transformar no maior marco do centenário da cidade", diz o texto.



Francelino: endereço da cultura

## Amin elogia aprovação do Fundo da Terra e da Reforma Agrária

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) afirmou ontem que a aprovação, na Câmara dos Deputados, do projeto de sua autoria que cria o Fundo da Terra e da Reforma Agrária representou um grande avanço para o governo e o Brasil. A seu ver, o povo brasileiro passou a contar com um instrumento capaz de gerir com competência e honestidade esse problema que cada vez mais ganha as páginas da imprensa mundial.

O projeto, que é destinado ao financiamento de programas de reordenação fundiária e assentamento rural para trabalhadores sem propriedades, prevê que toda receita do fundo será usada nos financiamentos para compra de imóveis rurais por parte de posseiros, arrendatários, parceiros, trabalhadores sem terra e qualquer trabalhador que comprove

experiência agrícola de no mínimo cinco anos.

Amin lembrou que a iniciativa partiu da experiência de seu governo em 1986/87, quando estimulou um modelo de pequena propriedade que não perecesse no processo de globalização. Ele afirmou que, mesmo sem desapropriar, conseguiu assentar em Santa Catarina grande número de famílias.

O senador também fez questão de registrar sua indignação diante da atitude de alguns líderes oposicionistas na Câmara, que, segundo ele, votaram contra o projeto. Citando um dos líderes de oposição, o qual teria afirmado que a única maneira de fazer a reforma agrária seria invadindo latifúndios improdutivos, o senador ressaltou que a oposição pretende fechar os olhos para esta alternativa que surge.



Amin: financiamento

Em aparte, o senador José Fogaça (PMDB-RS) disse que havia, no princípio, uma dificuldade técnica formal quanto a criar um instrumento no âmbito do Poder Executivo para financiar compra de terras por parte dos agricultores. Ele explicou que o Banco da Terra vai consolidar de vez o programa de reforma agrária do governo.